

## RESTITUIÇÃO DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO

A Taxa de Fiscalização pode ser restituída nos seguintes casos, conforme previsto Nos artigos 1 e 2 da Portaria do Ministério da Fazenda n. 215, de 10/08/2006, transcritos abaixo:

*Art. 1 A Taxa de Fiscalização instituída pelo art. 50 da Medida Provisória n. 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, referente à autorização e à fiscalização das atividades de que trata a Lei n. 5.768, de 20 de dezembro de 1971, será integralmente restituída nas seguintes hipóteses:*

*I - a empresa e/ou entidade filantrópica desistir da promoção antes da protocolização do pedido de autorização; e*

*II - a empresa e/ou entidade filantrópica desistir da promoção no prazo máximo de cinco dias úteis contados da data de protocolização do pedido de autorização.*

*Parágrafo único. No caso de recolhimento a maior do que o previsto no Anexo I da Medida Provisória n. 2.158-35, de 2001, serão restituídos apenas os valores excedentes.*

*Art. 2 À exceção das hipóteses previstas no art. 1 desta Portaria, a Taxa de Fiscalização instituída pelo art. 50 da Medida Provisória n. 2.158-35, de 2001, será restituída em cinquenta por cento nos seguintes casos:*

*I - a empresa desistir da promoção após o decurso do prazo assinalado no inciso II do art. 1 desta Portaria;*

*II - indeferimento do pedido de autorização;*

*III - a empresa solicitar o cancelamento do Certificado de Autorização, em data anterior à do início da promoção indicada no plano de operação autorizado.*

*§ 1 Não serão objeto de restituição os valores previstos no art. 17, § 6 da Portaria/MF n. 184, de 19 de julho de 2006.*

*§ 2 O disposto no caput deste artigo não se aplica às entidades filantrópicas, sendo-lhes restituído, em qualquer das hipóteses acima, o valor integral da taxa de fiscalização.*

O pedido de restituição da Taxa de FiscalizaçãoA restituição da Taxa de Fiscalização deve ser solicitada por meio de requerimento de restituição da Taxa de Fiscalização, o qual deve ser encaminhado ao protocolo da GEPCO/CAIXA, acompanhado de cópia do comprovante de pagamento da Taxa de Fiscalização.

O requerimento deve ser assinado pelo representante legal da requerente, devidamente identificado no processo, que tenha poderes para firmar declaração e dar quitação.

A empresa que efetuou o pagamento da Taxa de Fiscalização, mas que não protocolizou o pedido de autorização, deve anexar ao requerimento: ✍ Cópia autenticada dos documentos de identificação da empresa requerente;

✍ Procuração original ou cópia autenticada, se for o caso, constando nome, RG, CPF, endereço, cidade, UF, CEP, fone, fax e endereço eletrônico do outorgante e do outorgado. Procuração particular deve ter a firma do outorgante reconhecida em cartório;

↵ Cópia autenticada do documento de identidade e do CPF/MF do outorgante e do outorgado.

O pedido de restituição deve ser analisado no prazo de quarenta dias, contados da data de protocolização do requerimento.

A solicitação de informações adicionais implica na suspensão do prazo até o efetivo recebimento das respostas solicitadas.